

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: É preciso cautela na pressão do Brasil e EUA sobre a Venezuela	2
Título: Usinas nucleares geram polêmica em Angra	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Agência do inchaço	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Nacionalização do setor gerou prejuízo e demissões	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Diferentes perfis para Minas e Energia	7

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/11/2015****Seção: Editorial****Autor:****Título: É preciso cautela na pressão do Brasil e EUA sobre a Venezuela**

É importante que sejam evitados delírios militaristas e o agravamento da situação do povo

Uma válvula defeituosa paralisou Amuay, a maior refinaria de petróleo da Venezuela. A unidade tem uma capacidade de refino de 645 mil barris por dia, mas só conseguiu processar 70 mil diários na média dos últimos 12 meses. Interrupções na produção de óleo da Venezuela têm sido constantes por escassez de insumos, equipamentos e peças para reposição nessa indústria estatal, responsável por 90% das exportações do país. Sem receita de petróleo, com reservas cambiais esgotadas e acossada pelo bloqueio dos Estados Unidos, a cleptocracia chavista pediu socorro à China, seu maior credor.

O governo Nicolás Maduro resolveu entregar a Pequim fatia maior do controle da Sinovensa, sociedade com a venezuelana PDVSA, que explora a bacia do Rio Orinoco. O governo chinês passa dos atuais 40% para 49,9% do capital da Sinovensa, enquanto a Venezuela recua de 60% para 50,1%. Pretende-se que tal modelo seja replicado em outras áreas, como a mineração de ferro e a produção de alumínio. Com essa reafirmação de pragmatismo, Pequim avança para assegurar, no longo prazo, uma grande plataforma de investimentos (energia e infraestrutura) e de abastecimento de matérias-primas (agrícolas e industriais) na América do Sul.

É fato relevante aos planos estratégicos dos Estados Unidos e do Brasil, cujos presidentes Donald Trump e o eleito Jair Bolsonaro ensaiam uma aproximação. O desastre construído na Venezuela pela cleptocracia chavista sugere que a ditadura de Maduro não terá longa vida. A rede de corrupção erguida por Hugo Chávez está sendo desmontada em tribunais de Nova York e da Flórida. São importantes, portanto, as sanções dos EUA e o gradual isolamento do regime ditatorial, como tem sido proposto pelo Brasil. A pressão externa induz às negociações domésticas para a aposentadoria do chavismo pela via democrática das eleições.

Na próxima quinta-feira, no Rio, está previsto um encontro do assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, John Bolton, com o presidente eleito Jair Bolsonaro. “Trabalharemos de perto para aumentar a liberdade e a prosperidade em todo o Hemisfério Ocidental” — anunciou Bolton. Toda cooperação é essencial. Especialmente, para encerrar a ditadura chavista. É

preciso, no entanto, calibrar a ação para evitar delírios militaristas e o agravamento da situação do povo venezuelano, que já amarga as consequências de uma catástrofe humanitária inédita no continente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/11/2015

Seção: Rio

Autor: Marcos Nunes

Título: Usinas nucleares geram polêmica em Angra

Capacidade de piscinas que armazenam combustível já usado vai se esgotar em 2021, e estatal planeja a construção de um depósito que deverá operar por cinco anos. Ministério Público Federal e moradores cobram reservatório definitivo

Responsáveis pela geração de aproximadamente 30% da energia elétrica consumida no estado, as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 precisam de um novo lugar para armazenar o combustível que já foi usado em suas operações. A capacidade das duas piscinas que hoje guardam, dentro das instalações, o material irradiado (diferentemente do radioativo, este pode ser reaproveitado) se esgotará entre agosto e dezembro de 2021, e a solução apresentada vem causando polêmica.

A ideia da Eletronuclear é construir um depósito na área externa, mas o tipo da obra preocupa representantes da sociedade civil e o Ministério Público Federal (MPF), que requisitou uma perícia do projeto e do local escolhido. Pelos planos da Eletronuclear, o combustível gasto, que ainda tem alta atividade nuclear, será transferido para uma Unidade de Armazenamento Complementar a Seco (UAS).

A estatal quer construí-la, a partir de janeiro do ano que vem, sobre um maciço de granito localizado entre as usinas Angra 2 e Angra 3 (esta última ainda em construção). A obra já foi licitada e custará U\$ 50,277 milhões (aproximadamente R\$ 246 milhões). A companhia americana Holtec International, especializada em empreendimentos desse tipo, venceu a concorrência.

O prazo estipulado para a conclusão é de 18 meses, mas há fatores que podem adiar o início dos trabalhos.

PROCESSO NO STJ

O começo da construção depende de licenciamentos do Ibama e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Os dois órgãos ainda analisam o projeto.

Além disso, o MPF vai esperar o resultado da perícia que pediu ao seu corpo técnico para saber que medida tomará sobre o caso. O Ministério Público Federal pode entrar no caso porque conseguiu decisões judiciais, em duas instâncias diferentes, que obrigam a Eletronuclear a construir um depósito definitivo para rejeitos radioativos.

A UAS, no entanto, é classificada como um reservatório intermediário de material irradiado, cuja capacidade de armazenamento duraria apenas cinco anos. Como houve recursos por parte da CNEN e da Eletronuclear contra as decisões favoráveis ao MPF, a questão foi parar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No dia 20 de setembro, Aurélio Virgílio, subprocurador-geral da República, enviou um ofício ao STJ pedindo prioridade no julgamento do caso.

Ígor Miranda, procurador da República em Angra dos Reis que conduziu as ações judiciais vencidas pelo MPF, recebeu na última terça-feira uma cópia do processo de licenciamento ambiental da UAS. Baseado no documento, ele requisitou a perícia, que deve apontar se o projeto da Eletronuclear atende às sentenças. Caso contrário, existe a chance de surgir um outro imbróglio.

Em nota, a Eletronuclear informou que a obrigatoriedade de construir um depósito definitivo não é sua, mas, sim, da CNEN. Esta, por sua vez, destacou, também por meio de um comunicado, que a maioria dos países com usinas nucleares ainda não tem reservatórios permanentes para rejeitos. A comissão ainda frisou que a ação em análise no STJ não trata de combustíveis irradiados, mas de material radioativo.

PADRÃO EM MUITOS PAÍSES

A escolha de uma UAS para Angra 1 e 2 é aprovada por Aquilino Senra, professor titular do programa de engenharia nuclear da Coppe/UFRJ. Ele, no entanto, chama a atenção para a importância dos licenciamentos do Ibama e da CNEN: — No planeta, existem cerca de 400 usinas nucleares em operação. Ainda não há um depósito final de rejeitos na maioria delas.

Algumas são muito mais antigas que Angra 1 e Angra 2. Todas precisam expandir sua capacidade de armazenamento; se isso não for feito, elas vão parar. O mais importante é haver licenciamentos nucleares e ambientais, avaliações precisas de tudo que envolve a obra. Se não tiver, aí existe um risco, uma irregularidade — ressalta o professor.

Na última quarta-feira, moradores de áreas próximas às usinas se surpreenderam ao verem faixas com avisos de uma reunião técnica informativa sobre a construção da UAS. O evento está marcado para o próximo sábado no Cineteatro da Praia Brava. O ambientalista José Rafael Ribeiro, conselheiro da

Sociedade Angreense de Proteção Ecológica (Sape), é contrário à instalação de um depósito complementar e promete comparecer.

—O assunto preocupa quem vive nas redondezas. Nós, moradores, queremos que seja apresentado um estudo para um reservatório definitivo, não uma espécie de puxadinho nuclear — disse o ambientalista. Dilson Dias, vice-presidente da Associação de Moradores da Praia Vermelha, afirmou que também está preocupado, mas destacou que, mesmo sem saber o que vai acontecer, confia na tecnologia que será empregada.

— Medo de vazamento, sempre temos. Aqui, na Praia Vermelha moram 98 famílias. Estamos a cinco quilômetros de distância das duas usinas, e, apesar de existir uma preocupação permanente, nunca aconteceu nada — argumentou Dias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/11/2015

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Agência do inchaço

Mercado Aberto

Agências reguladoras ganharam servidores nos últimos anos, mas deverão passar por mudanças de atuação e de pessoal durante os anos do governo Jair Bolsonaro

As agências reguladoras cresceram 8% em número de servidores nos últimos cinco anos, mas durante o governo Jair Bolsonaro deverá haver reversão da tendência de alta, segundo especialistas.

Quase todos os órgãos responsáveis por setores da economia aumentaram. A quantidade de funcionários na Ancine (do audiovisual) teve alta de 31%. São 562 pessoas hoje.

A exceção é a Anatel, de telecomunicações, que ficou estável no período.

“As agências agregam muitos funcionários por duas razões: a inércia burocrática e a necessidade de fiscalizar regulações que elas mesmas criam”, afirma Carlos Ari Sundeld, professor da FGV Direito.

A tendência de um governo ultraliberal é diminuir as regras setoriais e desregulamentar, segundo ele.

“A Ancine fiscaliza o cumprimento de cotas de tela e de TV por assinatura. Se essa política deixar de existir — e exibidores têm essa demanda — pode-se realocar as pessoas.”

A regra de ouro é que uma norma só deve ser adotada se os benefícios forem maiores que os custos, diz Joísa Dutra, coordenadora do mestrado da FGV e ex-diretora da Aneel (energia elétrica).

“Uma reforma de Estado precisa levar em conta se as tarefas dos órgãos são as esperadas. No setor elétrico, a gestão é minuciosa. Outros países dão mais liberdade ao concessionário e só avaliam se os contratos são cumpridos.”

Não é totalmente claro, no entanto, se haverá disposição da próxima gestão para mudanças dessa natureza, segundo Sandro Cabral, coordenador do mestrado de políticas públicas do Insper.

“Os militares compõem o governo e tendem a querer controlar mais alguns setores, principalmente o da ANP (óleo e gás) e da Aneel.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/11/2015

Seção: Política

Autor:

Título: Nacionalização do setor gerou prejuízo e demissões

Criada para a construção de navios-sonda para explorar o pré-sal, a Sete Brasil quebrou após denúncia da Lava Jato

A Sete Brasil quebrou cinco anos depois de montada. Dos 28 navios-sonda contratados com estaleiros no Brasil, quatro serão entregues com atraso – eles deveriam estar funcionando desde 2016. São as embarcações Urca, Arpoador, Guarapari e Ondina, construídas em Angra dos Reis (RJ), no Estaleiro BrasFELS; em Vitória (ES), no Estaleiro Jurong Aracruz e em Maragogi (BA), no Estaleiro Enseada Paraguaçu. Os outros 13 tiveram construção iniciada e estão parados, e 11 sequer saíram do papel. Atingida pelas revelações da Lava Jato de que todos negócios tinham “acerto” de 1% de propinas para políticos do PT e agentes públicos, a Sete Brasil viu a Petrobrás sair do seu quadro societário.

Em comunicado do início do ano, a estatal afirmou que cancelou 24 contratos e ficou apenas com os que estavam em estágio mais avançado. Com a paralisação, o setor naval brasileiro afundou em crise. O Sinaval, sindicato que representa os estaleiros nacionais, informa que 60 mil vagas de empregos foram fechadas nos últimos quatro anos. Dos 28 estaleiros associados à entidade, 12 estão parados. A Sete Brasil entrou com pedido de recuperação judicial em

2016. A empresa afirmou que “a atual administração apoiou e apoiará as investigações em curso” e que se considera “prejudicada por conta dos fatos”. Além de Palocci, três ex-executivos da Petrobrás que comandaram a Sete Brasil, João Carlos de Medeiros Ferraz, Pedro Barusco e Eduardo Musa, confessaram o esquema em delações fechadas em 2014 e 2015. Assistente.

A Sete Brasil foi autorizada pela Justiça, no início do ano, a ser assistente de acusação da Procuradoria da República nas ações penais da Lava Jato – como ocorre com a Petrobrás. Como assistente, a empresa pleiteia o direito de ser declarada vítima da corrupção e pede a restituição de US\$ 180 milhões pelo prejuízo, com US\$ 70 milhões de propinas nos pagamentos efetuados, e pelos danos causados. O Ministério Público Federal, no entanto, se posicionou contra o pedido com o argumento de que a empresa foi parte do esquema. / RB

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/11/2015

Seção: Economia

Autor:

Título: Diferentes perfis para Minas e Energia

Um dos ministérios mais importantes e estratégicos para a retomada econômica do país, o de **Minas e Energia**, ainda vive sob a dúvida de quem vai comandar a pasta no governo eleito de Jair Bolsonaro (PSL). Três nomes são cotados para assumir o órgão: Paulo Pedrosa, ex-secretário do ministério, Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) e o deputado federal Jaime Martins (Pros/MG).

O último, apesar de fazer parte da Comissão de Minas e Energia (CME), da Câmara, e informar que tem intensa atuação na área, não é um nome muito conhecido entre executivos do setor. Em nota, o parlamentar disse não ter recebido convite oficial para o ministério, mas exaltou seus conhecimentos no segmento e sua versatilidade. Segundo o texto, Jaime Martins é vice-presidente da Frente do Gás, químico industrial, engenheiro mecânico, engenheiro metalúrgico, advogado e especialista em administração financeira e marketing.

Paulo Pedrosa é reconhecido e respeitado no setor, mas enfrenta resistência de parlamentares do DEM, que viram várias de suas demandas no setor serem derrubadas pelo ex-secretário. O MDB também tem antipatia e é o partido com maior influência no Ministério de Minas e Energia há décadas. Com a eleição de Bolsonaro, poderá perder esse poder.

Pedrosa foi convidado para fazer uma apresentação para o professor da Universidade de Iowa, Luciano de Castro, que participou da campanha de

Bolsonaro, para o futuro ministro da economia Paulo Guedes e para o vice-presidente Hamilton Mourão. Todos ficaram bem impressionados e indicaram o nome para Bolsonaro.

Adriano Pires também é respeitado pelo setor e especialista que tem grande conhecimento na área de petróleo e gás. O técnico também foi convidado pela equipe de transição para fazer uma apresentação sobre o setor energético. Pires tem proximidade com boa parte dos integrantes da equipe econômica de Guedes.

MME / ASCOM .